

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.487.771-5 – 5ª VARA DA  
FAZENDA PÚBLICA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA  
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.**

**AGRAVANTE:** STAR BLUE LAVANDERIA INDUSTRIAL LTDA.

**AGRAVADO:** COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA –  
COPEL.

**AGRAVADO:** ESTADO DO PARANÁ.

**RELATOR:** JUIZ CONVOCADO CARLOS MAURÍCIO  
FERREIRA<sup>1</sup>

TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO  
DECLARATÓRIA. DECISÃO AGRAVADA QUE DEFERIU O  
PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA SUSPENDER A  
EXIGENCIA DE ICMS SOBRE OS VALORES DAS TARIFAS E  
ENCARGOS DE USO E CONEXÃO DO SISTEMA ELÉTRICO  
(TUST E TUSD). DEVER DE DEPÓSITO DOS VALORES MENSAIS  
A TÍTULO DE CAUÇÃO. RECONSIDERAÇÃO EM PRIMEIRO  
GRAU DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVANTE QUE  
MESMO APÓS INTIMADO, DEIXOU DE SE MANIFESTAR.  
PERDA DE OBJETO. RECURSO PREJUDICADO A QUE SE

---

--  
<sup>1</sup> Em substituição ao Des. LAURO LAERTES DE OLIVEIRA.

**NEGA SEGUIMENTO, NOS TERMOS DO ART. 557, CAPUT DO  
CPC/73.**

Vistos e examinados estes autos de Agravo de Instrumento n.º 1.487.771-5, oriundo da 5ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que é agravante STAR BLUE LAVANDERIA INDUSTRIAL LTDA e, agravados COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL e ESTADO DO PARANÁ.

### **I. EXPOSIÇÃO FÁTICA**

Trata-se de Agravo de Instrumento em face da decisão (fls. 34/38) que, nos autos de Ação Declaratória n.º 0003763-14.2015.8.16.0179, deferiu o pedido de antecipação de tutela para suspender a exigibilidade de ICMS sobre os valores de TUSD e TUST, até decisão definitiva, bem como obrigou o agravante a recolher mensalmente os valores correspondentes a título de caução.

Em suas razões (fls. 07/29) o agravante aduz em síntese, não ser cabível o deferimento da tutela antecipada, nos termos do art. 151, inciso V, do CTN, cumulada com a obrigação de recolhimento de caução, contida no inciso II, do referido artigo, sendo a muito matéria já superada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Argumenta, que o instituto da caução é direcionado as medidas liminares concedidas em sede de cautelares, quando presente o risco da irreversibilidade (art. 273, § 2º, do CPC/73).

Ainda, por fim, argumenta que a demonstração de perigo alegada na decisão monocrática não se encontra fundamentada, não existindo qualquer relevância apta a justificar a exigência de caução.

Pugna assim, pela antecipação da tutela recursal e, após pelo provimento do presente recurso, afastando a necessidade de recolhimento dos valores mensais a título de caução.

Pela decisão de fls. 93/95, foi deferido o efeito suspensivo, para sobrestar a exigência de depósitos judiciais, dos valores mensais a título de ICMS.

O juízo de origem comunicou que reformou a decisão, ora agravada, indeferindo a tutela antecipatória, anteriormente deferida (fls. 102/104).

Às fls. 106/109, o Estado do Paraná, ora agravado, apresentou contrarrazões, pugnando preliminarmente a perda de objeto do pedido, bem como, no mérito, o desprovimento do recurso.

Determinada a intimação (fls. 116/118), acerca da reforma da decisão de fls. 34/38, o agravante deixou de se manifestar nos termos da certidão de fl. 121.

**É o relatório.**

## **II. FUNDAMENTAÇÃO**

O recurso será julgado de conformidade com as disposições do Código de Processo Civil de 1973, nada obstante a vigência da nova disciplina processual civil, Lei nº 13.105/2015, em especial, diante do contido no art. 14 desta Lei<sup>2</sup> e Enunciado Administrativo nº 02 do Superior Tribunal de Justiça<sup>3</sup>.

Da análise dos autos, verifica-se que, supervenientemente, restou prejudicado o recurso, razão pela qual, deve ser negado seu seguimento, nos termos do artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil/73<sup>4</sup>.

---

--

<sup>2</sup> Art. 14. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em recurso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

--

<sup>3</sup> Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

--

<sup>4</sup> Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

Isso porque, cinge-se a controvérsia acerca da obrigatoriedade de recolhimento mensal de caução, como condição para o deferimento da antecipação de tutela, que suspendeu a exigibilidade de ICMS sobre as tarifas de uso do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica (TUST e TUSD).

Ocorre que, o Juízo de origem informou que reconsiderou a decisão agravada (fls. 102/104), revogando a concessão da tutela antecipada, o que elimina a necessidade de recolhimento dos valores mensais a título de caução, objeto este, do presente recurso.

Assim, constou em decisão datada de 13.01.2016, o seguinte comando (fl. 104):

*"2. Assim, RECONSIDERO a decisão liminar, indeferimento o pedido antecipatório, revogando-o" (sic).*

Salienta-se, ainda, que oportunizado a parte agravante se manifestar acerca da decisão de reconsideração, verifica-se que o prazo transcorreu sem qualquer manifestação da parte agravante (fl. 121).

Assim, resta prejudicada a análise do presente recurso, diante da perda de objeto do agravo de instrumento, em razão de fato superveniente, consistente na decisão interlocutória que reconsiderou o *decisum* agravado, revogando-o.

Por conseguinte, resta cassada a medida liminar de suspensão do feito originário, deferida às fls. 93/95.

### **III. DISPOSITIVO**

Ante ao exposto, com fulcro no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil de 1973, **nego seguimento** ao presente recurso de agravo de instrumento, conforme fundamentação supra.

Dê-se ciência ao juízo de origem e, oportunamente, baixem os autos.

Intime-se.

Curitiba, 20 de junho de 2016.

**CARLOS MAURÍCIO FERREIRA**  
**Relator**